



Anais da Assembléia

Nº 14

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 20 DE MARÇO DE 1.978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 13ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 1.978.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Adalberto Daros.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Augusto Carneiro, Dácio Leonel, Edilson Alencar, Enéas Faria, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lineu Turra, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Otássio Pereira, Renato Bernardi, Trajano Bastos e Werner Wanderer (27); achando-se ausentes os Senhores Deputados Jurandir Messias, Ivan Rüppel, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglío, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Maurício Fruet, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (27).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer inversão da Ordem do Dia, dando-se preferência para deliberação aos requerimentos com discussão encerrada, observando-se, para a votação dos demais a ordem de entrada à Mesa.

Outrossim, e na mesma forma, requer-se preferência absoluta, sobre todas as demais matérias, para a deliberação do requerimento que trata sobre a "Carta Aberta ao Povo", de autoria de diversas entidades.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1.978

(a) Enéas Faria.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de regozijo pela promoção da Revista Panorama, que no último mês, juntamente com a Assembléia Legislativa do Estado, realizou mesa redonda, no pequeno Auditório desta Casa, reunindo economistas técnicos em planejamento e desenvolvimento econômico, educadores, empresários, representantes de órgãos governamentais e entidades de classe, sob o tema "O PAPEL DO PARANÁ NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NACIONAL".

Organizado pelos jornalistas Jorge Mathias Júnior e João Felipe Chaves Loureiro, os temas enfocados no encontro foram objeto de importante encarte, publicado na última edição da revista, em trabalho digno de maiores encômios.

Merece especial referência o esforço envidado pelo Diretor do prestigioso periódico, doutor José Cury, ao levar a efeito tal empreendimento, cuja repercussão transcendeu as fronteiras do nosso Estado.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao diretor da revista PANORAMA, cumprimentando-o pela iniciativa.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1.978

(a) Maurício Fruet.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que determine a compactação das pedras que foram colocadas na estrada Assis Chateaubriand — Cascavel, as quais, por serem excessivamente graúdas cortam os pneus dos veículos pesados e torna impraticável o tráfego pela estrada, obrigando os veículos a fazerem o trajeto pelo acostamento em leito natural, dada a forte trepidação provocada pelo tamanho das pedras, o que causa sérios danos aos veículos.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1.978

(a) Alfredo Gulin.

JUSTIFICATIVA:

Quando foi efetuado o revestimento na estrada Assis Chateaubriand — Cascavel, o fizeram com pedras excessivamente graúdas, as quais não foram compactadas, e assim, os veículos pesados que por ali trafegam, tem seu pneus cortados e os demais, por não suportarem a violenta trepidação, fazem o trajeto pelo acostamento em leito natural, evitando a estrada.

Assim, necessário se faz que sejam com urgência, enviadas à mesma, compactadoras para comprimir aquelas pedras e o tráfego possa ser feito normalmente pela estrada, sem causar prejuízos e danos aos veículos.

Desta forma, solicitamos aos ilustres Pares, o devido apoio e aprovação do presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais da Casa, o pronunciamento do Sr. Enio Pipino, DD. Diretor Presidente da Colonizadora Sinop S.A., com sede em Maringá, publicado no Jornal "O Estado do Paraná", datado de 17.03.78, cujo recorte segue anexo.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1978.

(a) Ernesto Gnoato

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 04/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — O acesso aos cargos de Consultor Legislativo e Auxiliar Técnico, de que trata o parágrafo 2º, do art. 1º, da Lei nº 6.965, de 20 de dezembro de 1977, será feito por teste de seleção e prova de títulos, podendo

concorrer apenas os funcionários estáveis do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, portadores de diploma de nível universitário.

Art. 2º — O acesso ao cargo de Secretário de Comissão, obedecerá o mesmo critério estabelecido no artigo anterior, excluída a exigência do diploma de nível universitário.

Art. 3º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1978.

(a) IVO THOMAZONI

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 25/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, estruturado em cargos de provimento em comissão e de provimento efetivo, é o constante dos Anexos I, II, III e IV, respectivamente, criados e regidos por esta Lei.

Art. 2º — Os cargos de provimento em comissão destinam-se aos Gabinetes de representação e ao exercício de encargos de Direção, Chefia, Assessoramento e outros que a lei determinar.

Parágrafo Único — Exceto os cargos de Chefe de Gabinete, Oficial e Assessor de Gabinete, Assessor Militar e Assessor Parlamentar, de livre provimento, os demais cargos em Comissão são privativos dos Servidores do Poder Legislativo.

Art. 3º — A Consultoria Jurídica e o Cerimonial, relacionados na estrutura do Gabinete da Presidência, têm a incumbência de atender dentro de suas respectivas especialidades e competências, ao Presidente e demais Membros da Comissão Executiva.

Art. 4º — Os cargos de provimento efetivo integram séries de classes ou classes únicas, constantes do Anexo II, compreendendo:

A — Pessoal de Nível Universitário;

B — Pessoal Técnico;

C — Pessoal Auxiliar.

Parágrafo Único — O acesso de uma para outra série de classes, dar-se-á em estrita obediência às linhas de correlação estabelecidas no Anexo II e de acordo com o disposto pela Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 5º — A estrutura organizacional dos serviços administrativos do Poder Legislativo, que será regulamentada em Resolução, compreende:

I — Gabinetes de Representação;

II — Gabinete da Diretoria Geral;

III — Departamentos Administrativos, compreendendo os de Finanças - de Administração - de Divulgação e Relações Públicas - de Recursos Humanos - e Legislativo;

IV — Gabinete da Consultoria Legislativa, com funções de assessoramento superior;

V — Gabinete de Serviços Assistenciais, compreendendo Assistência Judiciária, Social, Médica e Odontológica;

VI — Coordenadorias de Transportes, de Imprensa Legislativa e de Execução de Auxílios Sociais;

VII — Coordenadoria do Centro de Processamento de Dados.

Parágrafo Único — O atual Gabinete de Assistência Técnica, passa a denominar-se Gabinete da Consultoria Legislativa.

Art. 6º — Os níveis de vencimentos dos cargos em Comissão, são iguais aos do Poder Executivo e os vencimentos básicos dos cargos efetivos são os fixados no Anexo VI desta Lei.

Art. 7º — Os valores das funções gratificadas são iguais aos do

Poder Executivo, mantidos os mesmos símbolos e demais gratificações atribuídas para os cargos que tiverem ou não a denominação alterada.

Art. 8º — O enquadramento nos cargos efetivos proceder-se-á por Decreto Legislativo, respeitada a situação atual dos respectivos ocupantes em relação com a situação proposta, conforme consta do Anexo II, III e IV.

Art. 9º — Ao funcionário que, na data desta Lei, conte dez (dez) ou mais anos de serviços ininterruptos prestados à Assembléia Legislativa do Paraná, e tenha concluído curso superior, é assegurado o direito de acesso na classe inicial de cargos de nível universitário.

Parágrafo Único — O direito referido neste artigo será concedido a requerimento do interessado.

Art. 10 — Os servidores inativos terão seus proventos reajustados "ex-officio", observada a correspondência estabelecida para o respectivo cargo, em igualdade de condições com o pessoal em atividade, respeitada, para efeito de cálculo, as normas de enquadramento do Art. 8º.

Art. 11 — As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta da dotação orçamentária própria, consignada, ao Poder Legislativo, no Orçamento Geral do Estado.

Art. 12 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO — 1º Secretário

JOSE DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS

A última reforma administrativa que se implantou neste Poder Legislativo, data de 29 de novembro de 1967, consubstanciada no Decreto Legislativo nº 573/77.

Daquela época até o presente momento, apenas algumas alterações superficiais foram concretizadas, ainda assim com efeitos até certo ponto indesejados, como se verificou na prática do cotidiano administrativo.

Não obstante, durante esse largo espaço temporal, em que a estrutura do próprio Estado Brasileiro passou por substanciais reformas, que implicaram em novas reformas projetadas oficialmente para breve, período em que novas Constituições e Atos Institucionais foram editados, com repercussões profundas no Poder Legislativo, e em que, inclusive, a nível Federal e Estadual (Decreto-Lei nº 200, de 1967, e Lei nº 6.636, de 1974, respectivamente), novos sistemas de administração pública foram adotados, não obstante todos esses eventos, a estrutura administrativa desta Casa permaneceu basicamente a mesma.

Ora, desnecessário será expressar a evidência de que, em face de tantas mudanças, ela se encontra inapelavelmente superada e, portanto, incapacitada a permitir o fluxo das decisões políticas, de maneira rápida e eficiente, como requer a dignidade e a importância do corpo decisório.

Basta por de manifesto, a título de exemplo, o aumento do número de representantes do povo, de quarenta e cinco para cinquenta e quatro Deputados, e o das Comissões Técnicas permanentes, além da criação, casuística e de fato, de várias frentes de trabalho, para atender a essas novas realidades, como é o caso das impostas pela utilização do novo edifício do Plenário. Não se deve esquecer, também, que proximamente, o prédio destinado às Comissões Técnicas estará a exigir um lugar nos planos de qualquer reforma administrativa.

Ora, daquela organização alicerçada em critérios técnicos, hoje envelhecidos, e voltada para uma demanda de serviço, que o tempo se encarregou de ultrapassar, atualmente pouco resta.

Porém, o que é mais grave, em termos de administração moderna, esse abismo entre a norma funcional e a dinâmica operativa do Poder deve ser responsabilizado integralmente por toda

e qualquer falha existente no procedimento dos serviços burocráticos e técnicos, com efeitos danosos na atuação dos Senhores Deputados.

Cumpria, portanto, a partir do reconhecimento desse divórcio, erigir um novo sistema de administração para a Assembléia Legislativa, tendo em vista a sua integração nos atuais quadros institucionais, através de mecanismos, órgãos e serviços tecnicamente adequados, e obter sua alta finalidade, qual seja, a de abrir uma ampla "árvore capilar", por onde se escoe, célere e íntegra, rumo aos objetivos colimados, o resultado da decisão política, seja em forma de lei, seja em forma de apelo, de protesto ou de aplauso, tomada pelos porta-vozes da comunidade paranaense.

Ao lado da reformulação organizacional, está sugerida a imperativa reestruturação do quadro de pessoal que irá operar o novo mecanismo administrativo. Esta é uma consequência lógica daquela.

A denominação de cargos é idêntica à adotada pela Câmara Federal, por força de reformas lá implantadas, em decorrência do Decreto-Lei nº 200, de 1967.

A correspondente remuneração se ajusta dentro dos limites propostos pelo Poder Executivo para a Procuradoria Geral do Estado, incluindo-se, em tais valores, a majoração de 38% proposta para o funcionalismo em geral.

Em consonância com a sistemática posta em prática pelos Executivos Federal e Estadual, evitou-se a criação de cargos de provimento efetivo, dando-se preferência ao cargo de provimento em comissão, porque tal espécie de cargo faculta, ao lado do elemento confiança, a mobilidade e a seleção de valores com os entraves burocráticos.

O Quadro de Funcionários do Poder Legislativo é constituído de 493 (quatrocentos e noventa e três) cargos de provimento efetivo, e por necessidade do serviço, contamos com 16 (dezesesseis) Contratados e 108 (cento e oito) servidores de outros órgãos, prestando serviços à Casa, alguns com mais de 10 (dez) anos de "disposição". Assim, previu-se na nova estrutura, o mesmo número de cargos, objetivando em futuro próximo, através de habilitação a ser regulamentada, incluí-los no Quadro Permanente.

Por fim, foram técnica e propositadamente deixados na futura lei, amplos espaços a serem preenchidos pela regulamentação, a fim de permitir uma realista adaptação das linhas mestras do sistema às peculiaridades e particularismos setoriais, segundo a clarividente orientação dos nobres Senhores Deputados hoje encarregados da árdua tarefa de, a par da absorvente atuação parlamentar, valorizar o Poder Legislativo no nosso universo político.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
QUADRO DE PESSOAL – ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR – ASSESSORAMENTO
Anexo I – CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Situação atual	Situação Proposta
1 – Diretor Geral	1 – Diretor Geral – DAS-L-1
5 – Diretores de Departamento	5 – Diretores de Departamento – DAS-L-2
1 – Diretor de Gabinete	1 – Diretor de Gabinete da Consultoria Legislativa DAS-L-2
1 – Tesoureiro	1 – Tesoureiro – DAS-L-2
1 – Contador Geral 1-C	1 – Contador Geral – DAS-L-2
1 – Chefe de Gabinete Presidência 1-C	1 – Diretor de Gabinete DAS-L-2
1 – Chefe de Gabinete 1ª Secretaria 1-C	4 – Coordenadores - DAS-L-4
1 – Chefe de Gabinete 2ª Secretaria 1-C	1 – Chefe Gabinete da Presidência - 1-C
54 – Assessores Parlamentares 3-C	4 – Oficiais de Gabinete Presidência - 4-C
1 – Chefe de Gabinete Diretoria Geral 1-C	2 – Assessores Administrativos Presidência - 3-C
1 – Chefe de Serviço Segurança 2-C	2 – Assessores Legislativo Presidência - 3-C
1 – Assessor Jurídico Dep. Pessoal 2-C	1 – Assessor Militar Presidência 2-C
1 – Assessor Jurídico Dep. Finanças 2-C	2 – Assessores Jurídicos 3-C
1 – Coordenador Auxílios Sociais 2-C	1 – Chefe do Cerimonial 1-C
	1 – Chefe Gabinete 1ª Secretaria 1-C
	4 – Oficiais de Gabinete 1ª Secretaria 4-C
	2 – Assessores Administrativo 1ª Secretaria 3-C
	2 – Assessores Legislativo 1ª Secretaria 3-C
	2 – Assessores Jurídicos 1ª Secretaria 3-C
	1 – Chefe de Gabinete 2ª Secretaria 1-C
	2 – Oficiais de Gabinete 2ª Secretaria 4-C
	2 – Assessores Administrativo 2ª Secretaria 3-C
	2 – Assessores Legislativo 2ª Secretaria 3-C
	2 – Assessores Jurídicos 2ª Secretaria 3-C
	1 – Chefe de Gabinete Diretor Legislativo 3-C
	2 – Oficiais de Gabinete Diretor Legislativo 8-C
	1 – Assessor Jurídico Legislativo 5-C
	5 – Chefes de Divisão 6-C
	1 – Chefe de Gab. Diretor Recursos Humanos 3-C
	2 – Oficiais de Gabinete Recursos Humanos 8-C
	1 – Consultor Jurídico Recursos Humanos 1-C
	2 – Assessor Jurídico Recursos Humanos 4-C
	3 – Chefes de Divisão Recursos Humanos 6-C
	1 – Chefe de Gab. Diretor Divulg. e Rel. Públicas 3-C
	2 – Oficiais de Gabinete Divulg. e Rel. Públicas 8-C
	1 – Assessor de Relações Públicas 5-C

2 - Chefes de Divisão de Rel. Públicas	6-C	2 - Oficiais de Gabinete 2ª Vice-Presidência	6-C
1 - Chefe de Gabinete da Consultoria Legislativa	3-C	1 - Chefe de Gabinete Liderança Arena	3-C
2 - Oficiais de Gabinete Consult. Legislativa	8-C	2 - Oficiais de Gabinete Liderança Arena	6-C
6 - Chefes de Divisão Consult. Legislativa	4-C	1 - Chefe Gabinete Liderança MDB	3-C
1 - Chefe de Gab. Assistência Social	3-C	2 - Oficiais de Gabinete Liderança MDB	6-C
2 - Oficiais de Gabinete Assist. Social	8-C	1 - Chefe de Gabinete Liderança Governo	3-C
4 - Chefes de Divisão Assist. Social	6-C	2 - Oficiais de Gabinete Liderança Governo	6-C
1 - Chefe de Gab. Coordenadoria Transportes	4-C	54- Assessores Parlamentares	1-C
2 - Cjefes de Divisão Coord. Transportes	6-C	54- Assessores Parlamentares	3-C
1 - Chefe de Gab. Coordenadoria Imprensa Legislativa	4-C	1 - Chefe de Gabinete Diretoria Geral	1-C
2 - Chefes de Divisão Coord. Imprensa Legis.	6-C	3 - Oficiais de Gabinete Diretoria Geral	6-C
1 - Chefe de Gab. Coord. Centro Proc. Dados	4-C	1 - Assessor Administrativo Diretoria Geral	4-C
2 - Chefes de Divisão Coord. Centro Proc. Dados	6-C	1 - Assessor Jurídico Diretoria Geral	4-C
1 - Chefe de Gab. da Coord. de Auxílios Sociais	4-C	1 - Assessor Legislativo Diretoria Geral	4-C
2 - Chefes de Divisão da Coord. de Auxílios Sociais	6-C	1 - Chefe de Gab. Diretor Administrativo	3-C
1 - Chefe de Gabinete 3ª Secretaria	3-C	2 - Oficiais de Gabinete Diretor Administrativo	8-C
2 - Oficiais de Gabinete	6-C	1 - Assessor Jurídico Dir. Administrativo	5-C
1 - Chefe de Gabinete 4ª Secretaria	3-C	6 - Chefes de Divisão Dir. Administrativo	6-C
2 - Oficiais de Gabinete 4ª Secretaria	6-C	1 - Chefe Gab. Diretor de Finanças	3-C
1 - Chefe de Gab. 1ª Vice-Presidência	3-C	2 - Oficiais de Gab. Dir. de Finanças	8-C
2 - Oficiais de Gabinete 1ª Vice-Presidência	6-C	1 - Assessor Jurídico Dir. de Finanças	5-C
1 - Chefe Gabinete 2ª Vice-Presidência	3-C	5 - Chefes de Divisão Dir. de Finanças	6-C

ANEXO II - CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
SÉRIES DE CLASSES DE CARGOS DE NÍVEL UNIVERSITÁRIO

Situação Atual	Situação Proposta	Acesso
23 - Consultores Legislativo	23 - Consultor Legislativo	Consultor 2
27 - Secretário de Comissão		Assist. Legislativo 20/30 Níveis
2 - Médico	29 - Assistente Legislativo	
2 - Médico	43 - Assessor Legislativo C	Assessor Téc. Leg. C 27/28 - Níveis
1 - Médico	47 - Assessor Téc. Legislativo B	Ass. Téc. Legislativo B 24/25/26 - Níveis
1 - Médico	39 - Assessor Téc. Legislativo A	
9 - Aux. Técnico	6 - Assessor Téc. Legis. (Adidos)	
2 - Aux. Técnico		
5 - Aux. Técnico		
18 - Advogado		
8 - Advogado		
14 - Advogado		
1 - Dentista		
1 - Dentista		
1 - Economista		
2 - Economista		
1 - Contador		
2 - Contador		
1 - Redator		
1 - Téc. Adminis.		
1 - Médico		
3 - Médico		
2 - Aux. Técnico		
2 - Aux. Técnico		
4 - Aux. Técnico		
11 - Advogado		
16 - Advogado		
2 - Economista		
2 - Economista		
2 - Economista		
2 - Contador		
1 - Contador		
5 - Redator		
1 - Redator		
1 - Redator		
1 - Redator		
1 - Téc. Administração		
1 - Téc. Administração		
1 - Téc. Administração		
6 - Adidos Universitários		

ANEXO III

QUADRO DE PESSOAL – ADMINISTRAÇÃO TÉCNICA
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

6 – Taquígrafo	26	7 – Taquígrafo Legislativo C
1 – Taquígrafo	25	
1 – Taquígrafo	24	2 – Taquígrafo Legislativo B
1 – Taquígrafo	23	
1 – Taquígrafo	22	1 – Taquígrafo Legislativo A
5 – Contabilista	23	5 – Analista C
2 – Contabilista	22	3 – Analista B
1 – Contabilista	21	
2 – Contabilista	20	3 – Analista A
1 – Contabilista	19	
4 – Contratados		4 – Analista A

ANEXO IV

QUADRO DE PESSOAL – ADMINISTRAÇÃO AUXILIAR
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Situação Atual

44 – Oficial de Administração	23	
8 – Oficial de Administração	22	
8 – Oficial de Administração	21	
10 – Oficial de Administração	20	
14 – Oficial de Administração	19	
10 – Oficial de Administração	19	
44 – Oficial Legislativo	23	
5 – Oficial Legislativo	22	
5 – Oficial Legislativo	21	
6 – Oficial Legislativo	20	
9 – Oficial Legislativo	19	
11 – Oficial Legislativo	18	
		118 – Oficial Legislativo B
		119 – Oficial Legislativo A
		28 – Oficial Legislativo A
		(ADIDOS)

21 – Oficial de Serviços Gerais	23
6 – Oficial de Serviços Gerais	22
5 – Oficial de Serviços Gerais	21
6 – Oficial de Serviços Gerais	20
15 – Oficial de Serviços Gerais	19
10 – Oficial de Serviços Gerais	18
28 – Adidos	
8 – Escriturário	17
7 – Escriturário	16
4 – Escriturário	15
6 – Auxiliar Legislativo	17
7 – Auxiliar Legislativo	16
5 – Auxiliar de Serviços Gerais	17
7 – Auxiliar de Serviços Gerais	16
10 – Auxiliar de Serviços Gerais	15

27 – Auxiliar Legislativo B
27 – Auxiliar Legislativo A
86 – Auxiliar Legislativo A
(ADIDOS E CONTRATADOS)

74 – Adidos
12 – Contratados

ESCALA DE VENCIMENTOS

ANEXO V

CARGOS EM COMISSÃO – ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Diretor Geral	Cr\$ 21.163,00
---------------	----------------

Diretor de Departamento	Cr\$ 19.239,00
Diretor Gabinete Consultoria Legislativa	Cr\$ 19.239,00
Diretor de Gabinete	Cr\$ 17.491,00
Coordenador	Cr\$ 15.338,00
Tesoureiro Geral	Cr\$ 19.239,00
Contador Geral	Cr\$ 19.239,00
Consultor Jurídico	Cr\$ 19.239,00

ANEXO VI

VENCIMENTOS DE CARGOS EFETIVOS

Consultor Legislativo	Cr\$ 28.506,00
Assistente Legislativo	Cr\$ 25.175,00
Assessor Técnico Legislativo C	Cr\$ 22.667,00
Assessor Técnico Legislativo B	Cr\$ 18.133,00
Assessor Técnico Legislativo A	Cr\$ 16.319,00
Taquígrafo Legislativo C	Cr\$ 16.319,00
Taquígrafo Legislativo B	Cr\$ 14.410,00
Taquígrafo Legislativo A	Cr\$ 12.100,00
Analista C	Cr\$ 16.319,00
Analista B	Cr\$ 14.410,00
Analista A	Cr\$ 12.100,00
Oficial Legislativo B	Cr\$ 6.800,00
Oficial Legislativo A	Cr\$ 5.000,00
Auxiliar Legislativo B	Cr\$ 3.800,00
Auxiliar Legislativo A	Cr\$ 1.900,00

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

1.1 – GABINETE DO PRESIDENTE

1 – Chefe de Gabinete
4 – Oficiais de Gabinete
2 – Assessores Administrativos
2 – Assessores Legislativos
1 – Assessor Militar
2 – Assessores Jurídicos
1 – Consultor Jurídico
1 – Chefe Cerimonial

1.2 – GABINETE DA 1ª SECRETARIA

1 – Chefe de Gabinete
4 – Oficiais de Gabinete
2 – Assessores Administrativos
2 – Assessores Jurídicos
2 – Assessores Legislativos

1.3 – GABINETE DA 1ª VICE-PRESIDÊNCIA

1 – Chefe de Gabinete
2 – Oficiais de Gabinete

1.4 – GABINETE DA 2ª VICE-PRESIDÊNCIA

1 – Chefe de Gabinete
2 – Oficiais de Gabinete

1.5 – GABINETE DA 2ª SECRETARIA

1 – Chefe de Gabinete
2 – Oficiais de Gabinete
2 – Assessores Administrativos
2 – Assessores Legislativos
2 – Assessores Jurídicos

1.6 – GABINETE DA 3ª SECRETARIA

- 1 – Chefe de Gabinete
- 2 – Oficiais de Gabinete
- 2.1 – GABINETE LIDERANÇA ARENA
 - 1 – Chefe Gabinete
 - 2 – Oficiais Gabinete
- 2.2 – GABINETE LIDERANÇA MDB
 - 1 – Chefe de Gabinete
 - 2 – Oficiais de Gabinete
- 2.3 – GABINETE LIDERANÇA GOVERNO
 - 1 – Chefe Gabinete
 - 2 – Oficiais de Gabinete
- 2.4 – GABINETE SENHORES DEPUTADOS
 - 108 – Assessor Parlamentar
- 3.1 – GABINETE DIRETOR GERAL
 - 1 – Chefe Gabinete
 - 3 – Oficiais de Gabinete
 - 1 – Assessor Administrativo
 - 1 – Assessor Jurídico
 - 1 – Assessor Legislativo
- 3.2 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
 - Gabinete do Diretor
 - 1 – Chefe de Gabinete
 - 2 – Oficiais de Gabinete
 - 1 – Assessor Jurídico
 - 1 – Divisão de Expediente
 - 1 – Divisão de Protocolo
 - 1 – Divisão de Documentação
 - 1 – Divisão de Material
 - 1 – Divisão de Serviços Gerais
 - 1 – Divisão de Segurança
- 3.3 – DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
 - Gabinete do Diretor
 - 1 – Chefe de Gabinete
 - 2 – Oficiais de Gabinete
 - 1 – Assessor Jurídico
 - 1 – Divisão de Patrimônio
 - 1 – Divisão de Tesouraria
 - 1 – Divisão de Controle Financeiro de Pessoal
 - 1 – Contadoria
 - 1 – Divisão de Registro Contábil
 - 1 – Divisão de Administração Contábil
- 3.4 – DEPARTAMENTO LEGISLATIVO
 - Gabinete do Diretor
 - 1 – Chefe de Gabinete
 - 2 – Oficiais de Gabinete
 - 1 – Assessor Jurídico
 - 1 – Divisão das Comissões
 - 1 – Divisão de Taquigrafia
 - 1 – Divisão de Redação de Debates e Diários da Assembléia
 - 1 – Divisão da Ordem do Dia e Autografia
 - 1 – Divisão de Ata, Anais e Publicidade
- 3.5 – DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
 - Gabinete do Diretor
 - 1 – Chefe de Gabinete
 - 2 – Oficiais de Gabinete
 - 3 – Assessores Jurídicos
 - 1 – Divisão de Regime Legal
 - 1 – Divisão de Cadastro de Pessoal
 - 1 – Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento

- 3.6 – DEPARTAMENTO DE DIVULGAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS
 - Gabinete do Diretor
 - 1 – Chefe de Gabinete
 - 2 – Oficiais de Gabinete
 - 1 – Assessor de Relações Públicas
 - 1 – Divisão de Divulgação
 - 1 – Divisão de Relações Públicas
 - 4.1 – GABINETE DE CONSULTORIA LEGISLATIVA
 - Gabinete do Diretor
 - 1 – Chefe de Gabinete
 - 2 – Oficiais de Gabinete
 - 1 – Divisão de Assistência Técnica à Mesa
 - 1 – Divisão de Assistência Técnica-Legislativa
 - 1 – Divisão de Assistência Técnica-Administrativa
 - 1 – Divisão de Pesquisa e Documentação
 - 1 – Divisão de Informações
 - 1 – Divisão de Biblioteca
 - 4.2 – GABINETE DE SERVIÇOS ASISTENCIAIS
 - Gabinete do Diretor
 - 1 – Chefe de Gabinete
 - 2 – Oficiais de Gabinete
 - 1 – Divisão de Assistência Judiciária
 - 1 – Divisão de Assistência Social
 - 1 – Divisão de Serviço Médico
 - 1 – Divisão de Serviço Odontológico
 - 5.1 – COORDENADORIA DE TRANSPORTES
 - Gabinete do Coordenador
 - 1 – Chefe de Gabinete
 - 1 – Divisão de Oficina e Manutenção
 - 1 – Divisão de Transportes
 - 5.2 – COORDENADORIA DE IMPRENSA LEGISLATIVA
 - Gabinete do Coordenador
 - 1 – Chefe de Gabinete
 - 1 – Divisão de Imprensa
 - 1 – Divisão de Encadernação
 - 5.3 – COORDENADORIA DO CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS
 - Gabinete do Coordenador
 - 1 – Chefe de Gabinete
 - 1 – Divisão de Programação e Execução Informativa
 - 5.4 – COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO DE AUXÍLIOS SOCIAIS
 - Gabinete do Coordenador
 - 1 – Chefe de Gabinete
 - 1 – Divisão de Aplicações
 - 1 – Divisão de Registros
- O SR. PRESIDENTE – (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do expediente.
- No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto, inscrito.
- O SR. ACCIOLY NETO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.
- Como é curial, inexistente proteção e tutela dos direitos humanos fora do Estado de Direito, onde o primado inelutável de leis legítimas assegura as liberdades fundamentais, pondo-as a salvo do arbítrio e da prepotência das autoridades governamentais, de qualquer grau hierárquico, mediante um sistema de segurança jurídica.
- Lamentavelmente, o Brasil não vive um regime de segurança jurídica.
- E não viverá enquanto tiver vigência o Ato Institucional

nº 5, a "excrecência jurídica" de que falava Aliomar Baleeiro, e o draconiano Decreto-Lei nº 898, que define os chamados crimes políticos, também ditos contra a segurança nacional.

No caso recente das prisões realizadas em Curitiba, pelo Departamento de Polícia Federal, a alegação é de que as pessoas detidas, dentre elas professores, jornalistas e um advogado, vêm desenvolvendo atividades contrárias à segurança nacional. Tais atividades consistiram na doutrinação de crianças dentro de princípios marxistas, por parte de uns, e na realização de reuniões e encontros de pessoas ligadas a organizações subversivas, por parte de outros. Por isso, foram presas e colocadas sob o regime de incomunicabilidade absoluta, mediante expedientes arbitrários.

Mas, a Constituição Federal, porventura não garante os brasileiros e os estrangeiros residentes no País contra a arbitrária supressão de liberdade pessoal?

Apenas formalmente, pois, como escreveu Afonso Arinos, "tal como a de 1967, a Constituição de 1969 é de tipo instrumental. Visa somente a dar fisionomia jurídica a um regime de poder de fato".

Ademais, a Lei Fundamental cede sua autoridade, em princípio incontestável, ao Ato Institucional nº 5, na medida em que este sobre ela prepondera ao anular-lhe a eficácia, e a rigor até a própria vigência, exatamente nas matérias mais importantes.

Assim, assiste razão por inteiro a Heleno Cláudio Fragoso, quando afirma que "a garantia constitucional contra prisão ou detenção arbitrária é anulada, nos casos em que a autoridade alega a ocorrência de crimes contra a segurança nacional, pela suspensão do "habeas corpus" estabelecido pelo Ato Institucional nº 5 em vigor".

É que a suspensão do "habeas corpus" afasta a possibilidade de ser debatida a legalidade da prisão, sendo evidente que disso se origina a prática de constrangimento ilegal.

Com a ausência de freios jurídicos, a repressão policial acaba se transformando num poder autônomo, incontrolável e incontestável. Vale lembrar, a propósito, a advertência feita pelo saudoso Pedro Aleixo, nesse sentido: "O sistema de cascata determinará os poderes de exceção aplicados pelo mais reles esbirro policial. Na suspensão do "habeas corpus", por exemplo, que, segundo a minuta lida, não prevalecerá para crimes políticos ou contra a ordem econômica, quem estabelecerá a tipicidade de cada fato? Quem dirá se tal e qual crime tem implicações políticas ou se relaciona com a ordem econômica? Muitas vezes, matéria tão importante estará em mãos de um recalcado, ao arbítrio de um despreparado". O ex-Vice-Presidente acertou em cheio, quando pronunciou estas palavras na reunião ministerial em que foi assinado o Ato Institucional nº 5, pois o impedimento de contestar a legalidade da prisão, pela via do "habeas corpus", tem propiciado a ocorrência de reiterados e deploráveis abusos, representados pelos virtuais seqüestros das pessoas acusadas de crimes políticos.

Daí porque, nos dias atuais em nosso País, todos nós respiramos uma atmosfera de medo.

Medo de tudo; medo de todos.

Cada um, na cidade ou no sertão, sente que é vigiado nos seus movimentos, porisso que permanece imóvel, não anda.

Cada qual, em todos os lugares, percebe que está sendo vasculhado no mais profundo escaninho da mente, razão porque teme pensar.

Cada brasileiro, em qualquer ponto da Nação, vê que é examinado a fundo qualquer de suas intenções, desde logo postas em dúvida e, diante disso, se retrai para nada ser, e não é.

Cada homem e cada mulher sabem que seus gestos, até o aceno de mão, estão sendo observados, motivo pelo qual se imobilizam sempre e se tornam incapazes de gesticular, inclusive no apelo de socorro.

E, se deste modo angustiado e amargo vivemos, é por

culpa daqueles que, no exercício do Poder, se recusam a reconhecer como verdade histórica a sábia lição do inolvidável Milton Campos: "A Revolução há de ser permanente como idéia e inspiração, para que com a colaboração do tempo, invocado pacientemente, possa produzir seus frutos, que se caracterizam principalmente pela mudança consentida das estruturas e da mentalidade dominante, seja do povo, seja das elites. O processo revolucionário há de ser transitório e breve, porque sua duração tende à consagração do arbítrio, que elimina o Direito, intranqüiliza os cidadãos e paralisa a evolução do meio social".

Como já disse alguém, é preciso quebrar o círculo do medo.

Para tantos, basta o urgente advento de uma ordem democrática, pois só esta se preocupa muito mais por limitar o poder, do que por limitar a liberdade.

É a única maneira de voltarmos a ser um povo e não um rebanho amedrontado, docilmente tangido.

É o único caminho capaz de nos levar a romper o longo manto do entrevamento, para nos fazer chegar ao alvorecer de uma Nação que, pela liberdade, seja de todos os brasileiros. Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Todos nesta Casa sabem, que eu nunca fui ligado a nenhum agrupamento político; sou partidário - antes de 65, ao PSD; depois, e até hoje, à ARENA. Não sou, portanto, de jogadas políticas; nunca fui nesta Casa. Apoio os Governos arenistas, mas, sem bajular, reservando-me o direito de criticar, quando os atos do Governo não consultam os interesses do povo. Mas nada de subserviência, e sem a intenção de agradar.

Esta posição de absoluta independência, tem me custado dissabores, mas, pessoalmente, acho que estou certo, no caminho certo.

Em 1974, devido a esta minha posição de absoluta independência, setores do próprio Governo impediram a minha reeleição a esta Casa.

Mas a realidade é que eu pertencço à ARENA. Sou, como fazem todos os Srs. Deputados desta Casa, candidato à reeleição. Então, nada mais natural que se faça, nesta Casa, a defesa dos Líderes do Partido, mais precisamente, de Ney Braga que, ao lado de Canet Júnior, Paulo Pimentel, e os Senadores Accioly Filho e Mattos Leão, são, queiram ou não queiram, os grandes líderes da ARENA.

Por isto, eu acho que, a tentativa infrutífera - no meu entender - que o MDB vem fazendo para destruir a imagem de Ney Braga perante a opinião pública do Estado é, até certo ponto, uma estratégia compreensível, pois apesar...

O Sr. Accioly Neto — Ninguém falou no nome dele, Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — V. Exª pode, perfeitamente, depois usar da tribuna, para contestar o que eu estou dizendo.

Como eu dizia, pois apesar da arrogância de alguns dos pretensos Líderes do MDB, como Partido da Oposição a meu ver, já não parece tão certo da vitória nas eleições de 15 de novembro.

Então eu acho que, até certo ponto, é uma estratégia válida.

Eu sempre aprendi a respeitar o MDB, admirando-o pela sua luta em favor da democracia, eis que o MDB - no meu entendimento ainda — foi, em determinada época, a única janela a filtrar a luz da esperança da redemocratização; aprendi a admirar os homens da Oposição, homens notáveis da bancada do MDB, alguns, até pagaram preço alto pelo seu idealismo.

Entretanto, eu não posso aceitar e concordar com a análise feita, há dias, pela imprensa, pelo ex-Prefeito de Londrina,

Sr. José Richa, e o Deputado Federal, Álvaro Dias, análise sobre a personalidade do Ministro da Educação, Ney Braga, e, nem com os conceitos políticos que se emitiram naquela oportunidade, com referência ao Líder arenista. As declarações de ambos, além de burras, no meu entendimento, demonstram desconhecimento da realidade política do Paraná. Porque dizer que Ney Braga é incapaz de disputar uma eleição direta, é desconhecer a força eleitoral do Ministro. O seu carisma, tantas e tantas vezes já comprovado.

Nós achamos, nós que militamos na política há já um quarto de século, que ele é bom de voto, e já provou.

Quanto às acusações de que Ney Braga nunca se preocupou em formar lideranças, só pode ser coisa de gente de miolo mole! Será que o Deputado Álvaro Dias esqueceu que José Richa iniciou sua caminhada política, pelas mãos de Ney Braga? E Paulo Pimentel? Quem era, politicamente falando? Descoberto e lançado por Ney Braga, deu ao Paraná excelente Governo. Canet Júnior, apenas era conhecido como um bom empresário, e o Sr. Ministro da Educação foi buscá-lo para transformá-lo na resolução política do Estado, e responsável por um extraordinário período de Governo que estamos vivendo.

A Casa não deve ter esquecido a revolução urbanística de Curitiba, que começou em 1962. Iniciada por um Prefeito que era, embora eficiente, um simples engenheiro do Departamento de Estradas de Rodagem, e que depois Costa e Silva veio buscar para ser o seu Ministro da Agricultura. Pois bem. Este engenheiro era Ivo Arzua e Ney Braga lançou-o para a vida pública e ele-gueu para Prefeito. E tantos outros líderes e tantos outros administradores, que a exiguidade do tempo do Pequeno Expediente não nos permite enumerar todos.

Então, eu não vejo como aceitar os termos pejorativos contra um homem que hoje é muito importante para a Arena do Paraná. Tentar diminuir sua extraordinária gestão no Ministério da Educação e Cultura, revela estreiteza de mente e conceitos, pois a Nação toda reconhece o seu trabalho. Será que a Oposição esquece, ou finge esquecer a soma de recursos carreado à economia paranaense, graças ao trabalho fecundo e o prestígio, por que não dizer, do nosso Ministro?

Basta lembrar ainda as posições ocupadas por paranaenses na administração federal. Eu como militante da Arena de Curitiba, venho em defesa do Ministro. Como já disse, não com o intuito de agradar, de bajular, mas porque ele é o grande eleitor de Curitiba, e eu faço política na região metropolitana de Curitiba. O desprestígio do Ministro Ney Braga, virá em desprestígio da própria Arena de Curitiba, da região metropolitana.

É por isso que estou aqui, Sr. Presidente, e voltarei a esta tribuna, quantas vezes se fizer necessário, para rebater críticas injustas que se fazem a um grande homem público do Paraná. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos de Oliveira, inscrito.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Infelizmente, uma vez mais, assumimos a tribuna deste Poder, para manifestar nossa desconfiança quanto à abertura apregoada pelo sistema. Não nos parece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que qualquer cidadão de bom senso, possa ter, nessa altura dos acontecimentos, quando o Presidente da República do Brasil, declara em entrevista na Alemanha, que o Brasil é um país democrático.

Por mais boa vontade que se tenha, por mais credibilidade que se deposite no Chefe da Nação, os últimos acontecimentos no Paraná, nos levam, nos conduzem, infelizmente, à descrença em tudo aquilo que se apregoa. Que País é esse, Srs. Deputados, que democracia é esta, absoluta ou relativa, em que cidadãos são presos, são seqüestrados, e que são posteriormente abandonados às margens de BRs, sob pretextos, ou sob pretexto

de subversão, ou destes elementos atentarem contra a segurança nacional. Acontecimentos estes que vêm se repetindo na vida histórica brasileira. Acontecimentos estes que, autoridade nenhuma, assume a responsabilidade. Onde está a ordem e a segurança apregoada pelo regime? Tenho até a impressão, Srs. Deputados, que na ligeira conversa que teve o Sr. Presidente da República com o Líder Tancredo Neves, quando lhe disse que as portas do Palácio estavam abertas para a Oposição, talvez, ele quisesse dizer que as portas da cadeia estivessem abertas à Oposição. E é muito bom, também, que o Líder do MDB, na Câmara Federal, tome conhecimento deste nosso posicionamento, de nossa descrença quanto aos rumos que pode tomar este País. Quando se fala em abertura, quando se promete justiça, quando se promete equilíbrio, eis que acontecem prisões arbitrárias e seqüestros injustificáveis.

Será que os radicais não estariam dentro do próprio sistema?

Será que os radicais que o regime pretende denunciar à Nação não estarão lá dentro, em cima?

Tenho a impressão que sim, porque radicalismo, de que radicalismo pode ser acusada a Oposição, neste País?

Radical, porque pleiteia a democracia?

Radical, porque denuncia violências policiais?

Radical, porque condena cassações de mandatos?

Ou os radicais do sistema que, quando a Nação espera um posicionamento de uma conduta, acontece, exatamente o contrário. Quem promove isto, Srs. Deputados?

O Presidente da República, ou grupos engastados no Poder que não desejam a redemocratização deste País?

Fica no ar a pergunta.

E, me parece, Srs. Deputados, que é hora, hora de união; não de união de Governo e Oposição, mas, união da classe política e, principalmente, dos ilustres representantes da Arena que têm se transformado em criaturas obedientes das ordens emanadas do Palácio do Planalto, sem sequer, esboçar uma reação contra essa série de absurdos que vêm acontecendo na Nação Brasileira.

Que fique, aqui, este registro, Srs. Deputados; sabemos muito bem, que estas palavras muito pouco pesarão no contexto das coisas. Mas é necessário que este Poder se manifeste, porque nós estamos aqui, como representantes do povo brasileiro, e não temos o direito de nos calar diante de situação como esta.

Quero, na oportunidade, Sr. Presidente, fazer a leitura de um artigo publicado na "Gazeta do Povo", e assinado pelo jornalista Carlos Castello Branco.

Diz o seguinte. (Lê): "DOS RISCOS DE OUVIR CORONÉIS"

BRASÍLIA — (AJB/GP) — Como o Ministro da Justiça nada tem a declarar, seria útil que o Ministro da Educação falasse sobre o caso das escolas de Curitiba, nas quais, segundo a Polícia, se doutrinavam crianças de três a seis anos de idade, para o repúdio às tradições cristãs da família brasileira e à prática da subversão inspirada na teoria marxista. Os presos são jornalistas, professores e intelectuais diversos, fauna que causa espécie às autoridades incumbidas da segurança, que nela costumam ver permanente ameaça à ordem pública e à sobrevivência das instituições pelas quais devem velar.

Entre os presos de Curitiba - ignora-se o número exato deles, inclusive porque, na lista, não inclui o nome de uma moça dada como desaparecida ou seqüestrada, segundo declarações de pessoas de sua família — figura o repórter que entrevistou recentemente em Ponta Grossa, o Tenente-Coronel Tarcísio e completou a cobertura das repercussões de seu trabalho, e dos integrantes da famosa lista dos 97 subversivos denunciados pelo General Sílvio Frota ao Presidente da República.

A prisão do repórter Manfredini, pode ter lá suas razões do ponto de vista dos agentes de segurança, mas para nós jornalistas, ela soa como uma advertência a todos os que daqui por

diante, ouvir coronéis sobre política. Estamos de acordo com a doutrina, universalmente adotada, de que, militares submetidos a regulamentos disciplinares rígidos, não devem falar sobre política. No Brasil, no entanto, eles falam. Quando falam a favor do Governo, ou das posições políticas oficiais, nada acontece. Mas, quando falam contra essas posições, são punidos. Agora passou a ser legítima a impressão de que não são punidos somente os militares que se declaram contrários a práticas políticas oficiais, mas também os jornalistas que os ouvem.

Com relação às duas escolas que funcionam ostensivamente, com autorização das autoridades competentes, o Ministro da Educação, Ney Braga, antigo e futuro Governador do Paraná, está em condições de dizer alguma coisa sobre a natureza da experiência que nelas se processa e sobre a periculosidade das pessoas detidas, para que não impeça os trabalhos de investigação da polícia. Curitiba, afinal, não cresceu tanto a ponto de que Ney Braga não conheça mais as pessoas que lá vivem. Ele, como bom político, vive do conhecimento da gente de sua região, das suas cidades, e agora mesmo está indo para o Paraná, como Governador, para assegurar a vitória eleitoral da Arena. Para liderar o povo.

Essas prisões não facilitarão a missão do atual Ministro da Educação, e pode ser até mesmo, que elas tenham sido inspiradas pelo desejo de molestar a atuação do futuro Governador. O General João Baptista Figueiredo, tem declarado que a hora é de quem possui votos. Mas o recrudescimento da ação policial repressiva, fundada em razões obscurantistas, não dá votos ao Governo no Paraná e no resto do Brasil. Trata-se de uma operação tipo Sílvia Frota, que pretendeu vincular a continuidade do regime a seqüência de operações repressivas. Não se esqueçam de que ele denunciou o Presidente da República e o Governo de modo geral como cúmplices do que para ele é a gradativa comunização do Brasil.

A operação de Curitiba, foi realizada em nível específico, pois dela, evidentemente, não tinham conhecimento as autoridades locais de alto nível, nem a Chefia do Departamento de Polícia Federal, nem os Ministros da Justiça e da Educação. O General Bethlem, por seu Gabinete, desmentiu que ela resultasse de uma ordem partida dele. Ora, ao longo da vigência do AI-5, a Nação se habituou a ações desse tipo e à ausência de responsáveis ostensivos por elas. Mas, o fato é que essa repressão contra jornalistas e professores, não é uma constante do Governo Geisel, cujo ponto fraco nesse respeito, está na censura aos produtos culturais nos setores do cinema, teatro e literatura. As prisões em série, vinham se reduzindo e o Governo adotou a tranqüilizadora atitude de reconhecer que decresceu substancialmente o perigo subversivo no País.

Alguns pontos foram perdidos no Paraná. Perdidos para o Governo e para todos os que vínhamos alimentando esperança na distensão gradual próxima a concretizar-se num projeto do qual se espera pelo menos, a redução substancial do arbítrio. O Ministro da Educação poderia contribuir para esclarecer a situação e restabelecer a tranqüilidade entre jornalistas e intelectuais, com cujo respeito esperará contar nas suas próximas andanças eleitorais no Paraná".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Grande Expediente, concedo a palavra, para falar ainda por 17 minutos, ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo. (Pausa). Ausente S. Ex^ª, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi. (Pausa) Ausente, concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos encaminhando à Casa, neste instante, um requerimento para que este Poder Legislativo não possa, amanhã, não deva poder hoje e nem possa jamais ser acusado pela história, ser indicado pelos nossos sucessores como o grande omisso

nessa hora difícil por que passa a democracia neste País.

É preciso, Sr. Presidente, é preciso, Srs. Deputados, que hoje, mais do que nunca, os verdadeiros democratas se unam para que as promessas tantas vezes repetidas mas, na mesma proporção descumpridas por aqueles que se encastelaram no Poder, representando uma autocracia que se estende neste País, e que, no final deste mês, estará completando 14 longos e longos anos.

E exatamente há 14 anos atrás, Sr. Presidente, Srs. Deputados, motivava-se, incitava-se o povo brasileiro, numa cruzada nacional em que se pretendia, através dessa mobilização, a obtenção de três objetivos básicos e fundamentais: o combate à subversão, a eliminação da corrupção e as garantias constitucionais e democráticas que, segundo as Lideranças desse movimento, estavam deixando de existir no País.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tanto tempo passado, assistiu-se a tanta coisa, só que a democracia está cada dia mais longe, cada dia mais distante do nosso meio, da nossa convivência, da nossa participação.

E, ao ver nas ruas de nossa cidade, os jovens de 14, 15, 18 e 20 anos de idade, a perambular por aí, a gente fica a pensar qual será o futuro e qual será o destino desta Nação, com esse ato tão longo em que não se pratica a democracia, em que não há participação popular.

Qual será a nossa responsabilidade diante das gerações futuras, ao cometermos este desatino em relação às gerações futuras, permitindo um hiato tão violento?

Democracia, Sr. Presidente, não é um produto de consumo que se retira de uma gôndola de supermercado, pagando-se o preço marcado na etiqueta; democracia, Sr. Presidente, é fruto e é resultado de se respeitar o direito dos outros, para que tenhamos, também, os nossos respeitados.

Nem falarei, Srs. Deputados, que os outros objetivos não foram atingidos. A corrupção está aí, e bastou o sistema levantar um pouquinho a censura que se cometia contra a imprensa, existindo ainda, a violência da auto-censura para que notícias escabrosas percorressem o País e Norte a Sul, a mostrar que nunca houve tanta corrupção, neste País, como está havendo agora. Porque é a essência mesma de toda autocracia que se instala sobre uma nação.

E fala-se de combate à corrupção e fala-se também, de combate à subversão.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, existem dois tipos de subversão: a subversão de esquerda e também a subversão de extrema-direita.

Infelizmente, me parece que um tipo de terrorismo que margeia, que campeia e que anda à sombra do sistema que aí está, é aquilo que Sua Excelência Reverendíssima Dom Aluísio Loncheiner, quando tomava posse na condição de Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dizia: "O chamado infeliz poder paralelo que, em nome do poder oficial que aí está, comete os maiores desatinos, mas conta com a proteção da outra paralela que aí está".

Apresento pois, o seguinte requerimento. (Lê): "Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições, ouvida a Casa, requerem a transcrição nos Anais desta Assembléia Legislativa da "Carta Aberta ao Povo", de autoria da Comissão de Justiça e Paz, da Cúria Metropolitana de Curitiba e outras entidades, assim como, da mesma forma, requerem a consignação de voto de solidariedade com os posicionamentos adotados naquele documento.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1978.

(aa) Enéas Faria e Renato Bernardi.

APOIAMENTOS: Accioly Neto, Trajano Bastos, Lineu Turra, Edilson Alencar, Nelson Buffara, Muggiati Filho, Adalberto Daros e Otássio Pereira".

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aí está mais um fato concreto, mais uma atitude a tornar inquieta a vida do homem que vive no Paraná. Nós sabemos e temos a nítida certeza e convicção que tudo isto é mais uma tentativa para atrasar, ainda mais, a distante democracia neste País; o tão distante retorno à normalidade democrática.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu sei também, como todos nós sabemos, inclusive os homens do lado de lá, que estão tentando reter o País sob o estado permanente do arbítrio, que estão tentando tornar cada dia mais órfã a Nação Brasileira, eu sei, nós sabemos e eles também sabem, que, de nada adianta tentar deter a marcha do processo histórico. A democracia voltará a esta Nação, queiram eles, ou não queiram, sem eles, ou, apesar deles. E a História, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há de julgar a atitude e o posicionamento de cada um, aqueles que, do lado de cá, do MDB, têm a coragem de vir, de peito aberto, e pregar este retorno; aqueles, que do lado de lá, desejam também e, muitas vezes não podem, e muitas, por filiação pessoal, acham que não devem. Mas a História está aí e as gerações futuras não de julgar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a atitude de cada um. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No horário reservado aos Partidos políticos, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria, Líder do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Domingo, é o dia que as tradições e as normas religiosas assinalam, para que a criatura humana, nos seus templos, nas suas meditações, busque a sua comunhão com o Criador.

Ontem, domingo, em todas as igrejas de todas as paróquias de todo o Paraná, alguém subiu a um púlpito e alguém leu, aos fiéis, a Carta Aberta ao Povo, que esta Assembléia acaba de ouvir através do relato do eminente Deputado Renato Bernardi.

Era preciso e é preciso, Sr. Presidente, que esta Casa, a qual nos abrigou a todos e a cada um, após jurarmos respeito e fidelidade à Constituição, Constituição que objetiva, acima de tudo e antes de mais nada, o bem estar, a dignidade e o respeito à criatura humana, era preciso que também se subisse às tribunas desta Casa, para o registro deste fato, para marcar o protesto, para assinalar uma indignação. A gente brasileira, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está cansada da prepotência, está cansada do arbítrio, está cansada da violência. A família brasileira não está mais disposta a conviver com o medo e com o terror. A família brasileira quer, pede e suplica até a paz, a harmonia, nada mais do que isso. Tão só isso o que quer o brasileiro.

Outra não é a nossa luta, outro não é o nosso trabalho, outro não é o nosso empenho do que lutar pela paz, do que lutar pela harmonia, do que lutar pela felicidade de todos.

Mais uma vez, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o arbítrio desencadeou-se em terra paranaense. Mais uma vez foi preciso que as forças de resistência democrática, a cada dia se alargando, a cada dia maiores, engrossando o seu caudal de signatários, foi preciso que mais uma vez e agora de pronto, de imediato, corajosamente, viesse pedir um paradeiro, viesse exigir um basta a essa situação.

Senhores, não se quer o descumprimento da lei. Senhores, não se quer a marginalização da Justiça. Senhores, não se quer o vilipêndio do Direito.

O que se quer é o Direito, a Justiça e a Lei, respeitados e cumpridos. Aí está a lei, violenta, draconiana até. Nós pedimos apenas que seja ela cumprida em todos os seus termos. Se alguém por uma razão, houver de ser detido, que o seja, se alguém houver de ser investigado, que o seja, mas dentro dos limites da lei, com respeito à justiça, com respeito ao Direito, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nada mais do que isso se quer, nada mais do que isso se pede. Senhor Presidente, em uma nota não assinada, distribuída

à imprensa e a todos, timbrada como do Departamento de Polícia Federal, se explica as razões pelas quais se deram as prisões. Não sei se devo, nem sei se cabe a análise do mérito, mas diz a nota:

“As duas entidades são responsáveis pelo funcionamento de duas escolas primárias, nas quais as crianças são doutrinadas dentro de princípios marxistas, desenvolvendo-se-lhes uma visão materialista e dialética do mundo, na pretensão de realizar transformações sociais, inculcando nas crianças a negação de valores como a religião, a família e a tradição histórica”.

São escolas que se dedicam à educação da pré-infância, tão só e exclusivamente. Portanto, dirigidas a crianças a até no máximo seis anos de idade. Veja-se a relação dos detidos, dos presos e dos suspeitos, e veja-se a incoerência que está a ditar mais esta razão, Senhor Presidente.

Creio que todos nós que aqui — não só a Oposição — que aqui — não só o MDB —, mas todos nós que temos assento nesta Casa. Até mesmo os homens da Aliança Renovadora Nacional e, aliás, no arejamento ao início desses debates, iniciou a tratar uma questão muitos Deputados da Arena, que se não se negou a sua assinatura a um requerimento que se encontra sobre a mesa.

Por isso, parece que esta Casa toda e a todos que aqui têm assento, deve esta questão preocupar, deve esta questão estar agonizando as consciências.

Por isso, Sr. Presidente, me parece justo, me parece necessário, me parece imperioso que a Casa, também, se posicione.

Sr. Presidente, o meu Partido, Movimento Democrático Brasileiro, através de seu Diretório Regional, no Paraná, deu a conhecer ao povo paranaense a sua posição, consubstanciada na nota que irei ler.

“No momento em que uma jornalista e professora é seqüestrada, e professores, sociólogos, jornalistas e advogados são presos, o MDB do Paraná vem alertar às autoridades do Estado e da Nação, pelo clima de pânico e temor estabelecido no seio da sociedade paranaense.

Na hora em que o mundo civilizado repudia o seqüestro do Prof. Aldo Moro, em nosso País, a intranquilidade parte do Governo, é o próprio Poder Público que à margem da lei, cria clima artificial de pânico e insegurança do cidadão... apesar do paradoxo de ser tudo isso feito em nome da Segurança Nacional.

Não é verdade que o Governo da República deseja coibir excessos e evitar a violência. Se o desejasse, há muito tempo teria permitido o restabelecimento do “Habeas corpus”, medida eficaz de proteção à liberdade individual.

Uma das marcas características da existência de uma verdadeira civilização é o grau de evolução das normas jurídicas que regulam o equilíbrio entre a autoridade do Estado e a liberdade do ser humano, isolado ou agrupado em associações religiosas, em partidos políticos, em sindicatos, em agrupamentos culturais. O Brasil de hoje vive em regime totalmente incompatível com as nossas tradições e com o Estado real de nossa cultura. Não há liberdade na expressão de idéias que sejam diferentes da mitologia oficial, que tem por centro um conceito espúreo de Segurança Nacional.

No momento em que tantas pessoas são privadas de sua liberdade e submetidas ao regime de incomunicabilidade, que uma lei iníqua e má tornou possível, não é possível ter tranquilidade quanto a sorte de cidadãos presos. Se esta nota puder contribuir para que as autoridades policiais respeitem a dignidade dos presos, o MDB terá cumprido importante papel.

Não sabemos em que consistem as idéias políticas, segundo consta, os presos políticos teriam defendido. Não podemos com isso concordar com o conteúdo de tal suposta pregação, nem dele discordar. Mas reafirmamos que, num Estado de Direito, e numa sociedade democrática, é livre e ampla a discussão das idéias e pacífico pluralismo ideológico.

Às famílias dos presos, nossa solidariedade.

À sociedade brasileira aviltada e amedrontada pela violência policial, e de organizações clandestinas, uma palavra de esperança: o aumento desmesurado da violência é quase sempre — a História o demonstra — véspera do fim do absolutismo”.

Era tão só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No horário reservado à Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao Sr. Deputado Líder, Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A bancada da Aliança Renovadora Nacional, nesta Assembleia, manifesta a sua preocupação quanto ao caso ocorrido com a professora e jornalista, estranhamente seqüestrada na última sexta-feira. Embora não tenha elementos suficientes capazes de indicar com precisão, é legítimo supor que tal ação tenha sido inspirada e realizada por um quadro paralelo aos órgãos legalmente constituídos, para exercer o poder de polícia.

É evidente que repudiamos toda e qualquer ação preventiva ou repressiva que não se incruste dentro dos estritos limites legais. Não há segurança de ninguém: nem do Estado e nem dos cidadãos, se a pretexto de sua preservação, grupos não identificados se valem de técnicas terroristas e ilegais.

Quanto às demais prisões efetuadas no Estado do Paraná, confia e espera a nossa bancada que elas tenham ocorrido legitimamente, conferindo-se aos acusados ampla e total defesa.

Finalmente, quer consignar a nossa bancada, com toda a ênfase, que não teve o Governo do Estado do Paraná, nenhuma ligação com os episódios em tela, e que continua S. Ex.^a o Governador Jayme Canet Júnior, no inabalável propósito de agir sempre dentro dos postulados fundamentais do direito e da Justiça.

A bancada de nosso Partido nesta Casa oficiará ao Ex.^{mo} Senhor Ministro da Justiça, Dr. Armando Falcão, solicitando sua atenção e suas providências para clarificar o seqüestro ocorrido com a professora e jornalista e quer, neste momento, deixar claro que não acredita que tal ação seja do conhecimento de S. Ex.^a e que se trata, por certo, de uma atitude que não traduz com fidelidade a orientação dos setores mais responsáveis da República Brasileira.

Esta é a nossa posição oficial de nosso Partido com relação aos acontecimentos ocorridos em nosso Estado, nos últimos dias.

O Sr. Fabiano Braga Côrtes — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado Luiz Roberto Soares, quero, primeiramente, num breve aparte, cumprimentar o eminente Líder, da nossa bancada e do Governo, pelo pronunciamento que está fazendo, ora desta tribuna. E reafirmar as suas palavras de que nós repudiamos tais seqüestros ocorridos lamentavelmente aqui em nosso Estado. Que nós, da bancada da Arena, desejamos também a paz; desejamos também a tranquilidade. Essa paz e tranquilidade que o Governo do eminente Presidente Geisel vem procurando trazer para toda a Nação Brasileira.

V. Ex.^a no seu pronunciamento, sintetizou muito bem o pensamento de toda nossa bancada.

Eu cumprimento V. Ex.^a por este pronunciamento tão oportuno neste momento, em que nós estamos vivendo um drama de um seqüestro de uma moça e que muitas pessoas estão querendo vincular este seqüestro, com prisões efetuadas de acordo com a Lei de Segurança Nacional.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Agradeço, nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, o aparte de V. Ex.^a que traduz também o pensamento de toda a nossa bancada, deixando claro que os Deputados que têm assento nesta Casa, jamais confeririam o seu assentimento a um ato de primarismo e com resquícios de injustificável barbarismo como é o seqües-

tro. No momento em que o Presidente da República tenta levar o País a um melhor aperfeiçoamento democrático, elementos incrustados, é preciso reconhecer, às vezes, no aparelho de segurança do Estado, estão a torpedear e, quero até acreditar que, de uma maneira possivelmente consciente, os sadios propósitos do nosso Presidente.

O Sr. Enéas Faria — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Com todo prazer.

O Sr. Enéas Faria — Eminente Deputado Líder do Governo nesta Casa, eu poderia, quem sabe até, dizer louvável a preocupação de V. Ex.^a e a preocupação dos Deputados do Governo nesta Casa.

O que não é louvável e o que é pouco, e o que não chega é a tibieza, a falta de afirmação e a resistência pronta e imediata quando se faz necessário.

Procuramos, Sr. Deputado, não vincular a questão do Governo do Estado nesta matéria, após o momento em que a Justiça Militar, assumindo a responsabilidade pela questão, exauriu a competência do Estado, no que respeita às prisões confirmadas.

Todavia, uma vez que V. Ex.^a levanta, sem ter sido a questão levantada, é de meu dever dizer a V. Ex.^a que os Deputados do MDB que integram a Comissão Parlamentar de Inquérito da Criminalidade, que estudam detalhes para, possivelmente, a imediata convocação do Sr. Secretário de Segurança do Estado do Paraná, em razão da ausência de segurança que se vem verificando, mormente na área em que estamos agora a discutir.

Veja V. Ex.^a, que hoje é uma professora seqüestrada e aparecida traumatizada em outro Estado; há pouco um professor do Norte do Estado que adentra a Delegacia de Ordem Política e Social e desaparece seqüestrado, para reaparecer dias depois; antes, um dirigente estudantil, Presidente de um Centro Acadêmico, seqüestrado, ameaçado; antes um padre do interior do Estado, nas mesmas situações e, antes, e antes, e assim: nós iremos, Sr. Deputado, arrolando uma série de problemas e uma série de questões.

Portanto, o Governo do Estado do Paraná não está isento desta responsabilidade, e os nossos Deputados com assento nesta Comissão, estudam detalhes para, possivelmente, com brevidade, convocar o Sr. Secretário de Segurança para tratar desta questão.

Era só.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Nobre Deputado Enéas Faria, presumo tenha se equivocado V. Ex.^a, quando pretende dar à nossa posição o qualificativo de tíbio.

Na realidade, a questão das prisões efetuadas em Curitiba e relacionadas com as escolas nominadas, é um problema que transcende, evidentemente, a competência e ao alcance do Governo do Estado do Paraná. Porque presume a acusação que tais escolas estavam configurando um tipo de ação que poderia ser passível enquadramento à Lei de Segurança Nacional.

Veja V. Ex.^a que não estou questionando este detalhe, apenas deixando clara a posição do Governo do Estado do Paraná em face destas situações. Intimamente até quero acreditar, pelas poucas informações de que disponho, de que ambas as escolas pretendiam adotar em seus currículos, e em sua metodologia, princípios estudados e desenvolvidos por um famoso, se não o maior educador de nossa época, Jean Piaget que, evidentemente, não tem nenhuma relação com a filosofia marxista.

Todavia, este não é um problema que me incumba analisar. Desconheço, repito, os dados de que dispõe o aparelho acusatório do Estado, para propor as ações penais cabíveis. De qualquer maneira, tem V. Ex.^a a inteira solidariedade desta Casa e do meu Partido com relação aos seqüestros. Não concordamos, não assentimos e não coonestamos com tal prática.

Era só, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência tem a

imensa satisfação de poder registrar a presença neste plenário do Sr. Prefeito Municipal Rolando Demétrio Marussi, de Capanema. E a presença de S. Ex^ª, ex-Deputado Estadual, ex-Prefeito Municipal de Guarapuava, Nivaldo Krüger.

Quando da abertura dos trabalhos, a Presidência constatou a presença de 28 Srs. Deputados. As anotações feitas pela Secretaria durante o expediente acresceram-se a este número, mais 5 Srs. Deputados. Registrando a Presidência a presença de tão somente 23 Srs. Deputados a esta sessão.

Não há número para deliberação.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Permita-me, Sr. Presidente, que louve a atitude que V. Ex^ª acaba de tomar. Aliás, isto é o que vimos pleiteando, requerendo, reclamando da Mesa e em especial, da Presidência, que a passagem da Ordem do Dia, por exponte própria, a Presidência proceda a verificação da presença dos Srs. Deputados para evitar as questões até constrangedoras que ocorrem posteriormente ao longo dos debates das votações.

Mas Sr. Presidente, como de hábito e por necessidade, requeria a V. Ex^ª a constatação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere o que em questão de ordem V. Ex^ª requer, é regimental.

A Presidência tão somente aguarda que a Assessoria da Presidência complete o confronto entre a listagem da Presidência com a listagem da Assessoria. Vale-se da oportunidade para chamar a atenção dos Srs. Deputados que estando no edifício anexo da administração, possam em tempo comparecer para responder a chamada nominal que será feita pelo 1º Secretário.

O Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Responderam à chamada, vinte e quatro Senhores Deputados. Não há "quorum" para deliberação.

A Presidência solicita da Primeira Secretaria que faça a listagem de chamada nominal dos Senhores Deputados, quando registrando a presença dos Senhores Deputados com resposta a esta última chamada.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 24 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante sobre a mesa, apenas as que se encontram em fase de discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de regozijo à revista "Panorama", pela realização de mesa redonda sob o tema "O Papel do Paraná no Processo de Desenvolvimento Econômico Nacional", realizado no auditório desta Casa, reunindo economistas técnicos em planejamento e desenvolvimento, educadores e outros. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário da Segurança Pública e Secretário da Administração, encarecendo-lhes seja aumentada a quota de gasolina destinada à Delegacia Regional de Polícia de Cascavel. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa o pronunciamento do Sr. Ênio Pipino, Diretor Presidente da Colonização Sinop S/A., com sede em Maringá, publicado no jornal "O Estado do Paraná". — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secre-

tário dos Transportes, no sentido de que determine a compactação das pedras que foram colocadas na estrada Assis Chateaubriand-Cascavel, as quais, por serem excessivamente gráudas, cortam os pneus dos veículos pesados. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Enéas Faria e Renato Bernardi, com apoio de diversos Srs. Deputados, lido da tribuna, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da "Carta Aberta ao Povo", de autoria da Comissão de Justiça e Paz, da Cúria Metropolitana de Curitiba e outras entidades, assim como, solicitam voto de solidariedade com os posicionamentos adotados no referido documento. — Em discussão.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do Regimento Interno.

Projeto de Resolução, apresentado pela Comissão Executiva, constante do expediente. — **Irà à Comissão de Constituição e Justiça.**

Projeto de lei de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente, reestruturando o Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Paraná, em cargos de provimento, em comissão e de provimento efetivo. — **Irà à Comissão de Constituição e Justiça.**

Esta Presidência tão somente lembra aos Srs. Deputados que a última reforma administrativa que se implantou neste Poder, data de 29 de novembro de 67, consubstanciada no Decreto Legislativo 573/67, e que a Comissão Executiva quize respeitar os 90 dias, fixados na lei número 6965 que atribua à Comissão Executiva, 90 dias de prazo para apresentação do projeto de lei que pretendia reestruturar os cargos de provimento efetivo deste Poder. Regimentalmente, este projeto de resolução será encaminhado de ofício à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). Sr. Presidente, devo me congratular com a Comissão Executiva e a Mesa da Casa pelo trabalho que acabam de apresentar, pela iniciativa que adota, porque parece, era este e é este um dos anseios do funcionalismo da Casa.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para requerer de V. Ex^ª a remessa de cópia deste projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — O Departamento Legislativo providenciará para que as Lideranças do Movimento Democrático Brasileiro e da Aliança Renovadora Nacional, receba cópia deste projeto de resolução.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, terça-feira, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia, marcada para a sessão de hoje.

Levanta-se a sessão.

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 74/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 729, de 1º de fevereiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ISAURA BRAVOS, matrícula nº 471, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977,

que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de fevereiro de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 113/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta dos processos protocolados sob os n.ºs 4863, de 19 de maio de 1975 e 606, de 24 de janeiro de 1978, deste Poder e Parecer n.º 5948, do Gabinete de Assistência Técnica (G.A.T.),

RESOLVE:

nomear JOSÉ ALVES GUIMARÃES, no cargo inicial da carreira de Auxiliar de Serviços Gerais, nível PL "15", do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de março de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 114/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o Ato n.º 67/78 e Decisão da Mesa da Câmara dos Deputados, bem como o disposto no Decreto Legislativo n.º 147, de 24 de março de 1976,

RESOLVE:

Art. 1.º — Fixar os subsídios e Ajuda de Custo dos Deputados, a partir de 1.º de março de 1978, nos seguintes valores:

SUBSÍDIOS FIXOS Cr\$ 9.328,00

AJUDA DE CUSTO Cr\$ 31.096,00

DIÁRIA POR COMPARECIMENTO . . . Cr\$ 552,00.

Art. 2.º — Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de março de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 115/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 642, de 26 de janeiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a LADY CUNHA, matrícula n.º 444, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 01 de janeiro de 1978, data que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de cinco por cento (5%), de acordo com o Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de março de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 116/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 895, de 14 de fevereiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de LOIZEL RUPPEL BITTENCOURT, matrícula n.º 140, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assem-

bléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referente ao ano de 1977, que deixou de gozar; e, II — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da citada Lei n.º 6174, a partir de 24 de janeiro de 1978, data em que, em razão da contagem retro, completou trinta e um (31) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de março de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 117/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 686, de 31 de janeiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de JOSIAS MARQUESI, matrícula n.º 601, ocupante do cargo isolado de provimento efetivo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1977, que deixou de gozar; e,

II — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos de acordo com o Art. 171, da citada Lei n.º 6174, a partir de 06 de janeiro de 1978, data em que, em razão da contagem retro, completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de cinco por cento (5%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de março de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 118/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1417, de 03 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

designar a funcionária JOANNA DE BIÁSSIO DA CUNHA, matrícula n.º 443, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Taquigrafia, enquanto perdurar as férias da titular, a partir de 06 de março de 1978.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de março de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 119/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 265, de 09 de janeiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ANTÔNIO DA SILVA, matrícula n.º 566, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das

férias referente ao ano de 1977, que deixou de gozar; e,

II — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da citada Lei n.º 6174, a partir de 25 de fevereiro de 1978, data em que completou trinta e quatro (34) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de março de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 86/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1902, de 13 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

Constituir Grupo de Trabalho, Presidido pelo Diretor Geral, FAUSTO LUIZ ABRY, mat. 555, e Coordenação Geral, AIMORÉ OD ROCHA, mat. 384 e composta pelos funcionários: GABRIEL LUIZ FRANCESCHI, mat. 512, MARCOS UNIGA, mat. 424, ALMIR SANTOS, mat. 059, WILSON KAIEL, mat. 436, ELEOVAN CEZAR RIBEIRO, mat. 373, VALTER MARCHIORATTO, mat. 366, FARID LUIZ GUÉRIOS, mat. 480, JOÃO MARIA DE JESUS CAMPOS ARAÚJO, mat. 500 e EDU LIBERTI, mat. 243, para calcular e implantar o aumento e respectivos atrasados, em folha de pagamento dos funcionários desta Casa de Leis.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de março de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 87/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1810, de 10 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder ao funcionário MOYSÉS ABDALA MAGALHÃES, matrícula n.º 316, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1977, a partir de 13 de março de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de março de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 88/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 12256, de 06 de dezembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

marcar para 21 de abril de 1978, as férias concedidas pela Portaria n.º 637/76, do funcionário BOANERGES DE MENEZES CALDAS, matrícula n.º 268, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de março de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 89/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1806, de 10 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar pagar a INOLAN ANTÔNIO GUIGINSKI DE OLIVEIRA, matrícula n.º 123, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, gratificação no valor de cinquenta por cento (50%) sobre seus vencimentos, por ter prestado serviço extraordinário no mês de janeiro do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de março de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 90/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2022, de 15 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder ao funcionário BOANERGES DE MENEZES CALDAS, matrícula n.º 268, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1976, a partir de 20 de março de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de março de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 91/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1680, de 08 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, o funcionário JOSÉ ANICETO, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Diretor do Departamento Administrativo, até 31 de dezembro de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de março de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 92/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1258, de 28 de fevereiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

designar, os funcionários AYMORÉ OD ROCHA e LUIZ RUPPEL BITTENCOURT, como Delegados da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no IV SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO, a realizar-se em Porto Alegre, no período compreendido entre os dias 09 a 14 de abril do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de março de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 93/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1618, de 07 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar a pedido o item II da Portaria n.º 280/76, de 27 de maio de 1976, que designou a funcionária ALBA LÍGIA ARAÚJO E GARCIA, para prestar serviços no Departamento Legislativo;

II — designar a funcionária acima mencionada para prestar serviços no Departamento de Divulgação e Relações Públicas, mantendo-se a gratificação de cinquenta por cento (50%).

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de março de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

DECRETO LEGISLATIVO Nº 112/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1998, de 15 de março de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

Constituir Comissão Especial composta pelos funcionários: FAUSTO LUIZ ABRY, Diretor Geral; OSIRIS DE BRITO, Diretor do Gabinete da Consultoria Legislativa; AYRTON COSTA LOYOLA e LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP, Consultores Legislativos; WALTER JOSÉ

PEIXER, Técnico de Administração nível "28"; e PAULO DO CANTO PACHECO, Chefe de Gabinete da 2ª Secretaria; para, sob a presidência do primeiro nominado, elaborar o Projeto de Reestruturação do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, nos termos do artigo 3º, da Lei nº 6.965, de 20 de dezembro de 1.977.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 15 de março de 1.978.

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2º Secretário